



O SOM E O SILÊNCIO: AS REVOLUÇÕES DE BIBIANA E BELONÍSIA EM TORTO ARADO DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR

João Pedro dos Reis Prado*¹

* Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
e-mail: jpedroprado@hotmail.com

Resumo: Partindo-se da premissa de que a dignidade humana é um resultado histórico oriundo de um conjunto de processos antagônicos ao sistema hegemônico vigente, descortina-se o caminho a ser percorrido, na busca por emancipação, pelos seres humanos que não têm acesso aos bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna. Esses devem, necessariamente, caminhar na contramão de uma estrutura que lhes nega a humanidade. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar as formas de rompimento (com as estruturas opressoras) das irmãs Bibiana e Belonísia do livro *Torto Arado* de Itamar Vieira Junior, a fim de evidenciar os modos diversos por meio dos quais essas personagens reivindicam sua humanidade, e, além disso, busca-se, finalmente, refletir sobre a importância da literatura na construção histórica da dignidade humana.

Palavras-chave: Literatura; Dignidade Humana; Pedagogia do Oprimido; Epistemologias do Sul.

The Sound and The Silence: The Revolutions of Bibiana and Belonísia in *Torto Arado* by Itamar Vieira Junior

Abstract: Starting from the premise that human dignity is a historical result arising from a set of antagonistic processes to the current hegemonic system, one can visualize the path to be followed, in the search for emancipation, by human beings who do not have access to the material and immaterial goods necessary for a dignified life. They must, necessarily, walk against a structure that denies them humanity. In this sense, this article seeks to analyze the forms of rupture (with the oppressive structures) of the sisters Bibiana and Belonísia in the book *Torto Arado* by Itamar Vieira Junior, in order to highlight the different ways in which these characters claim their humanity, and, in addition, we, finally, seek to reflect on the importance of literature in the historical construction of human dignity.

Keywords: Literature; Human dignity; Pedagogy of the Oppressed; Southern epistemologies.

¹ Advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD; mestrando em Literatura pela UFGD; bolsista pela CAPES; Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.



Introdução

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor, é a dose mais forte e lenta, de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta (BRANT; NACIMENTO, 1999). E aguenta por meios únicos, impensáveis e revolucionários. Maria é uma realidade muito comum no Brasil: é todo brasileiro, é toda brasileira a quem se nega o direito à dignidade humana, o qual, nas palavras do professor Joaquin Herrera Flores é o resultado histórico de um conjunto de processos antagônicos ao sistema hegemônico vigente (FLORES, 2009), porque nenhum direito, na história da humanidade, foi dado por aqueles que estavam em uma situação de privilégio. Ao contrário, pelos direitos mais inerentes à condição de ser humano, lutou-se muito, derramou-se sangue. E de rompimento em rompimento, em doses fortes e lentas, os direitos humanos vão sendo construídos e consolidados.

A partir de então, apresenta-se o conceito de pensamento abissal, do qual se depreende uma métrica dicotômica por meio da qual o ordenamento dominante divide a realidade social em existente e inexistente, sendo que a segunda categoria significa uma posição avessa à ordem hegemônica, representando aqueles que não são humanos, e, portanto, não têm direito aos direitos humanos (SANTOS; MENESES, 2009). Isso significa que para garantir a humanidade de alguns, outros precisam ser sub-humanos. Simetricamente, para que europeus tenham direito à dignidade humana, africanos e latino-americanos não podem conhecer esse direito, mesmo que ele esteja positivado em seus sistemas jurídicos. Essa é a profundidade da linha abissal: nada garante dignidade àqueles que são considerados sub-humanos, nem mesmo os diplomas normativos supremos (constituições) podem fazê-lo. No exemplo brasileiro, o teatro começa logo no primeiro artigo do texto constitucional, em cujo texto é prevista a dignidade humana como fundamento da República (BRASIL, 1988). A realidade fática dispensa comentários.

Nesse sentido, o presente esforço se propõe a analisar dois processos de rompimento com o sistema hegemônico vigente, quais sejam as experiências de Bibiana e Belonísia, as personagens do livro *Torto Arado* (VIEIRA JUNIOR, 2019). As duas irmãs têm suas vidas absolutamente marcadas por um acidente, durante a infância, no qual Belonísia perdeu parte da língua, prosseguindo com problemas na fala e na deglutição. Após o episódio trágico, as meninas passaram a viver como se fossem uma única pessoa, partilhando conjuntamente os momentos mais simples e complexos da vida, e, principalmente,



partilhando a mesma língua. Bibiana aprendeu a ler os gestos mais minuciosos da irmã, para que esta pudesse externalizar seus pensamentos àqueles com os quais elas conviviam, tendo como pano de fundo um contexto de precariedade em termos muito múltiplos.

Residentes da Fazenda Água Negra, as irmãs, acompanhadas de seus familiares, experimentaram as dificuldades mais acerbadas: da negação do direito à moradia, à morte pela fome, elas experimentaram o que significa estar do lado sub-humano da fronteira imaterial posta pelo pensamento abissal (SANTOS; MENESES, 2009), dado ser ele um valor material e imaterial, uma vez que a linha extrapola os termos geográficos, e, em assim sendo, o outro lado desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente porque a característica fundamental e absoluta desse pensamento é justamente a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha, pois para um lado existir, demanda-se o esgotamento do campo da realidade relevante do outro, sendo que diante do olhar hegemônico, o outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e da ilegalidade, para além da verdade e da falsidade, sendo que essa negação radical resulta em uma ausência expressiva de humanidade (SANTOS, MENESES, 2009).

As irmãs caminharam juntas até o momento em que os seus respectivos processos de emancipação tiveram início. De um lado, preliminarmente, tem-se Bibiana construindo sua luta por dignidade através da fala, no uso literal de sua língua, pois ao lado do primo Severo, o qual, posteriormente também seria seu marido, ela constrói uma dialética da libertação, nos moldes do discurso do professor Paulo Freire, quando este aduz que os oprimidos se libertam juntos (FREIRE, 2013). Por outro lado, em uma caminhada completamente diversa, Belonísia rompe com as opressões que a rodeavam pela valorização das epistemologias do sul, uma vez que ela se descobre plena e livre, justamente por identificar no meio em que ela vivia uma beleza que, segundo ela, não estava nos processos canônicos de educação, cultura e até relacionamento (VIEIRA JUNIOR, 2019), mostrando, de forma revolucionária, que existe uma estrada única, que não se apoia, de forma alguma, nas estruturas que (mesmo quando tocadas por mãos oprimidas) refletem o poder opressor.

Os Seres Oprimidos Se Libertam Em Conjunto

Após o acidente que trouxe à sua irmã mais nova problemas na articulação sonora e para deglutir, a possibilidade de falar começou a ter um peso muito maior na vida de



Bibiana, uma vez que ela passou a externalizar dois pensamentos: o seu próprio e o de Belonísia. Nessa caminhada, Bibiana refina sua percepção sobre os gestos da irmã mutilada e codifica o sentido de cada um deles, tornando-se capaz de traduzir em sons inteligíveis os movimentos sutis dos olhos, as curvas labiais ligeiras, os diferentes apertos de mão e, inclusive, o ritmo da respiração de Belonísia (VIEIRA, 2019). O que a criança falante não era capaz de colocar em palavras, àquela altura de sua difícil vida, era o conjunto de opressões reiteradas que eram experimentadas por ela e por sua família. No primeiro momento em que as irmãs são retiradas do cenário comum aos seus olhos (à procura de um médico capaz de recolocar a língua decepada), percebe-se o primeiro confronto com a realidade que até então passava despercebida.

"Meu pai ainda segurava a língua envolta na mesma camisa. As folhas estavam guardadas nos bolsos de sua calça, talvez por vergonha de o apontarem com desdém como feiticeiro dentro daquele lugar que ele não conhecia. Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar. (VIEIRA, 2019, p. 18-19)

Evidencia-se o desconforto com o qual Bibiana registrou a forma como as pessoas lidaram com a presença de sua família, e não obstante ela ainda não dispor de um arcabouço argumentativo suficiente para analisar a situação de forma crítica, o acontecimento traz à luz a fronteira imaterial criada pelo pensamento abissal (SANTOS, MENESES, 2009), pois a sala de espera do consultório médico adiciona à consciência daquela criança a imagem de um ordenamento opressor que divide as pessoas entre superiores e inferiores. O descobrimento da existência dessa diferença é um passo importante de emancipação intelectual, mas insuficiente, visto que a ânsia pelos bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna pode acabar atraindo o oprimido ao opressor (FREIRE, 2013), o que resulta em um processo de reprodução inconsciente da dinâmica opressora em múltiplos termos.

Essa ânsia por dignidade é um motor propulsor do sistema opressor cíclico, o qual se sustenta sobre três pilares absolutamente dependentes entre si: capitalismo, colonialismo e patriarcado (SANTOS, MENESES, 2009), nesse sentido, o ser oprimido vai, inevitavelmente, identificar o poder hegemônico na manifestação, direta ou indireta, de qualquer um desses três fatores, introduzindo à sua consciência associações muito variadas de (1 |) manifestação de poder e (2) acesso ao direito de dignidade humana. A partir de então, ele passa a hospedar a consciência opressora e torna-se, simultaneamente, oprimido e opressor (FREIRE, 2013). Por exemplo, um movimento trabalhista sindical que não combate o



machismo acaba por reforçar o capitalismo, porque este se vale da exploração feminina para alcançar lucros maiores, por meio dos quais se exploram homens e mulheres.

Nesse cenário, vê-se que Bibiana, no dia trágico em que sua irmã perdeu a língua, teve a primeira exposição ao modo de proceder do pensamento abissal, adquirindo uma referência do que significa estar nos dois lados da fronteira que separa os seres humanos. No entanto, mesmo o contraste entre as realidades não é suficiente para libertar o ser oprimido da situação de opressão, pois, como ensina Paulo Freire, esse contato apenas causa a vontade de ser o opressor, ou seja, de estar no lado hegemônico da fronteira para, posteriormente, oprimir outros seres humanos (FREIRE, 2013). Em virtude disso, é fundamental que se reconheça o caráter estático e perpétuo dos sistemas dominantes, nos quais o interesse supremo consiste na manutenção do *status quo*, o que resulta em um conflito ontológico dos interesses de quem oprime e de quem é oprimido, logo, é lógico que direitos não são dados, mas construídos a base de muita luta (FLORES, 2009). Ante essa perspectiva, evidencia-se o processo coletivo de libertação dos seres oprimidos, o que, no caso de Bibiana aconteceu na dialética travada com seu primo Severo (VIEIRA JUNIOR, 2019).

"Ele se sentia à vontade para falar sobre seus sonhos, tinha planos de estudar mais e não queria ser empregado para sempre da Fazenda Água Negra. Queria trabalhar nas próprias terras. Queria ter ele mesmo sua fazenda, que, diferente dos donos dali que não conheciam muita coisa do que tinham, que talvez não soubessem nem cavoucar a terra, muito menos a hora de plantar de acordo com as fases da lua, nem o que poderia nascer em sequeiro e na várzea, ele sabia de muito mais. Havia sido parido pela terra. Achava engraçado vê-lo utilizar essa imagem para afirmar sua aptidão para a lavoura. Nunca havia pensado que tinha sido parida pela terra. A terra "paria" plantas e rochas. Paria nosso alimento e minhocas. Às vezes paria diamantes, escutava dizer. Ele falava que poderia aliar seu conhecimento da natureza e da lavoura com sua disposição para o trabalho, além do estudo que poderia lhe dar conhecimentos novos para mudar de vida. Eu achava tudo aquilo interessante, mas nunca havia parado para pensar porque estávamos ali, o que poderia modificar nessa história, o que dependia de mim mesma ou o que dependeria das circunstâncias. Mas ouvir as coisas que ele falava iluminou meu dia, e quis ouvir mais. Nunca havia conhecido ninguém que me dissesse ser possível uma vida além da fazenda. Achava que ali havia nascido e que ali morreria, como acontecia à maioria das pessoas." (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 72-73)

O professor Paulo Freire aduz que o diálogo crítico e libertador precisa ser feito entre os próprios oprimidos, seja qual for o grau em que esteja a luta pela libertação, sendo que só há espaço para uma variável nessa equação no que tange ao conteúdo, o que ocorre em função das condições históricas e do nível de percepção da realidade, pois os oprimidos, nos



vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como seres humanos, na sua vocação ontológica e histórica de poder ser mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do ser humano. Ao se defender um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não se está pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual, pelo contrário, pugna-se por uma reflexão que realmente conduz à prática. (FREIRE, 2013). No caso de Bibiana, houve a necessidade de uma reflexão muito profunda para que finalmente o pensamento de libertação fosse colocado em prática.

"Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa, nem mesmo à terra onde plantavam sua roça. Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences. Se não pudéssemos trabalhar, seríamos convidados a deixar Água Negra, terra onde toda uma geração de filhos de trabalhadores havia nascido. Aquele sistema de exploração já estava claro para mim." (p. 83)

A emancipação intelectual é um caminho sem volta, literalmente, pois após a acumulação de um arcabouço de referenciais críticos, o oprimido passa a olhar para a situação de opressão de forma muito mais inteligível, porque eventos isolados significam representações de uma estrutura que nunca passa, ela precisa ser parada por quem sofre. Bibiana passou a olhar para a exploração sofrida por sua família com desespero, um sentimento que lhe trouxe a ânsia pela libertação.

"Na manhã seguinte, Sutério apareceu em nossa casa para dizer que meu pai precisava terminar o pequeno barramento que fazia no riacho. Que precisava organizar os trabalhadores para capinar e fazer a coivara, deixar a terra limpa, sempre, para quando a chuva chegasse. Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata-doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal." (p. 85)

Ressalte-se que Sutério não era o dono da fazenda, pelo contrário, era um serviçal, que convivia, inclusive, em tom de amizade com o restante dos moradores da Fazenda Água Negra (VIEIRA JUNIOR, 2019). No entanto, era usado para oprimir, e por isso se deve observar que aqueles que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não



podem ter a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Assim é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. “Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça”. (FREIRE, 2013, p. 36)

A ordem social injusta é a fonte geradora, permanente, desta suposta generosidade que se nutre da morte, do desalento e da miséria, daí o desespero dessa falsa generosidade diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não se pode jamais entender essa falsa generosidade como real, dado que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida para o sub-humano, medroso e inseguro, esmagado e vencido.

No outro lado, a mão estendida para pedir ajuda é trêmula, dos esfarrapados do mundo, daqueles tidos como condenados da terra. “A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, estendam-se menos em gestos de súplica.” (FREIRE, 2013, p. 36). Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Esse ensinamento e esse aprendizado têm de partir, porém, daqueles que são considerados condenados da terra, dos oprimidos, dos sub-humanos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira (FREIRE, 2013). Ressalte-se, enfim, que, não obstante a esperança em um norte de progresso, a caminhada de rompimento da realidade opressora é muito difícil, “a libertação, por isto, é um parto” (FREIRE, 2013, p. 42), no caso de Bibiana, não foi diferente.

"Quando deixei a casa pela porta do quintal, no sereno da noite, não pude evitar de olhar para trás por algumas vezes, enquanto seguia pela estrada ao encontro de Severo. Enumerava as coisas que levava comigo e tudo que deixava para trás. Quase desisti nesse exato momento, deixaria Severo partir sozinho, mas a imagem de Sutério levando nosso pouco suprimento, e a fome e o imprevisto que se seguiriam para fazermos a refeição mais tarde, me deram a firmeza necessária para prosseguir." (p. 87)

Sufrimento. A vontade de não partir marcou todo o processo de libertação de Bibiana, o amor pela família, especialmente pela irmã Belonísia, fez o coração daquela que um dia fora a criança falante apertar e doer, mas mais doído, difícil mesmo, era ver essas mesmas



peças naquela situação de negação absoluta de humanidade, e assim, através de uma dialética que se deu pela fala, ela rompeu, primeiro intelectualmente nas conversas com o primo Severo, outro oprimido, e depois no plano da ação, desligando-se do que a opressão significava em termos de ambiente físico e psicológico, um afastamento doloroso e necessário, que lhe rendeu a formação de professora e um retorno, posteriormente, à casa da família (VIEIRA JUNIOR, 2019), com possibilidades reais de acesso aos bens materiais e imateriais necessários a uma vida mais digna.

A Revolução Absoluta

O processo de emancipação de Belonísia foi completamente diferente de sua irmã, o que tinha que ser, afinal, foi ela quem perdeu a língua e a capacidade de pronunciar propriamente as palavras. Na sua própria concepção, sua pronúncia da palavra arado era torta (VIEIRA JUNIOR, 2019), nesse sentido, ante sua dificuldade para falar, vendo-se, portanto, mais distante que as outras pessoas das possibilidades canônicas de alcance de uma vida mais digna, como, por exemplo o estudo acadêmico, Belonísia teve um diálogo que foi próprio, interno, mas, como uma força da natureza, muito poderoso.

"Diferente de Bibiana, que falava em ser professora, eu gostava mesmo era da roça, da cozinha, de fazer azeite e de despolpar o buriti. Não me atraía a matemática, muito menos as letras de dona Lourdes. Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa." (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 97)

Vê-se, nitidamente, por parte de Belonísia, uma valorização das epistemologias do Sul, as quais são um convite a um amplo reconhecimento das experiências de conhecimento do mundo, incluindo, depois de reconfiguradas, as experiências de conhecimento do Norte Global. Abrem-se, assim, pontes insuspeitadas de intercâmbio, vias novas de diálogo. No plano epistemológico, tal como noutros, o mundo não se pode contentar com breves resumos de si próprio, mesmo sabendo que a perspectiva completa e integral é impossível, assim, a energia deve se concentrar na valorização da diversidade dos saberes para que a



intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais seja a mais ampla e democrática. No entanto, essa valorização do saber que foi construído pelos seres humanos considerados inferiores é dificilmente um dado da realidade fática, pois um processo muito perspicaz e eficiente de diminuição dos oprimidos acontece por meio do que Boaventura chama de Epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2009), por meio do qual se suprimem todas as práticas sociais de conhecimento que batam de frente com os interesses opressores, reduzindo e menosprezando a diversidade epistemológica, cultural e política dos territórios colonizados.

É por isso que a atitude de Belonísia é tão disruptiva, pois ela declara abertamente entender que o conhecimento que ela possui tem uma razão de ser bastante nobre, única e, além disso, ela contrasta o conhecimento guardado por ela e seu pai, com aquele que advém dos bancos escolares.

"Com Zeca Chapéu Grande me embrenhava pela mata nos caminhos de ida e de volta, e aprendia sobre as ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva, sobre as mudanças secretas que o céu e a terra viviam. Aprendia que tudo estava em movimento — bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava para mim e dizia: "O vento não sopra, ele é a própria viração", e tudo aquilo fazia sentido. "Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida", ele tentava me ensinar. Atento ao movimento dos animais, dos insetos, das plantas, alumbrava meu horizonte quando me fazia sentir no corpo as lições que a natureza havia lhe dado. Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo; que mandioca, banana e frutas gostam de plantio na lua nova; que na lua minguante não se planta nada, só se faz capina e coivara." (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 99-100)

Essa atitude mental apresentada por ela, essa valorização própria, é o que Boaventura chama de pensamento pós-abissal (SANTOS; MENESES, 2009), o qual pode ser entendido como um aprendizado com o sul *usando* uma epistemologia do sul, confrontando a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. Isso se dá como uma ecologia porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações sustentáveis e dinâmicas entres todos eles sem comprometer suas respectivas autonomias, esse pensamento denominado pós-abissal se baseia, finalmente, na ideia de que o conhecimento é o interconhecimento. Nesse sentido, a primeira condição para esse rompimento é a radicalização da presença desses múltiplos saberes, ou seja, agentes de ambos os lados da linha traçada pelo pensamento abissal são contemporâneos e equivalentes sem que um represente a diminuição do outro (SANTOS;



MENESES, 2009). No entanto, a situação exposta no livro *Torto Arado* (VIEIRA JUNIOR, 2019) vai além, pois, em determinados momentos (considerando o que advoga a perspectiva opressora) há uma inversão da valorização de saberes. Segue um exemplo muito emblemático.

"Nessa noite, em particular, estava presente o prefeito. Havia cinco anos, meu pai tinha atendido um de seus filhos. Vieram buscá-lo de carro, um Gordini vermelho, coisa nunca vista em Água Negra. Até então só conhecíamos a Ford Rural da fazenda e os carros que vimos na estrada quando fomos para o hospital por causa do acidente. Desde então, o prefeito aparecia na festa de santa Bárbara. Da primeira vez, meu pai não aceitou seu pagamento, mas pediu que trouxesse um professor da prefeitura para que desse aula às crianças da fazenda. Contava que viu um tanto de constrangimento no rosto de Ernesto, que, sem escapatória, fez a promessa. A gratidão por meu pai e pela encantada era grande, por isso teve que cumprir o que prometeu. Havia também o medo de que o encantamento que curou o filho se desfizesse. Então, meses mais tarde, viria uma professora no carro da prefeitura, três dias na semana, para dar três horas de aula na casa de dona Firmina." (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 65)

Nesse momento, vê-se o ápice da valorização de um conhecimento produzido pelo oprimido, ou, da Epistemologia do Sul, pois o pai de Bibiana e Belonísia, incorporado com a entidade Santa Barbara faz o prefeito da cidade se comprometer e, realmente, implantar uma escola na fazenda. Mostra-se um poder do conhecimento produzido por aquelas pessoas tão simples, nesse caso, a cura para o filho do prefeito estava ali, e, como a narrativa traz reiteradamente, a solução de muitos males se apresentava por meio das incorporações do Zeca chapéu grande (VIERIA JUNIOR, 2019). Assim, o conhecimento que foi enterrado pelos opressores que entendiam que, no lado (declarado por eles próprios) inferior da fronteira, havia um conjunto de saberes tolos, vai ser, por eles próprios – também – desenterrado, na admissão e reconhecimento de saberes únicos que, para além de curar, resgatam e garantem a dignidade humana.

A Literatura Na Construção Histórica Da Dignidade Humana

Ante o cenário exposto, descortina-se a imperatividade de um enfrentamento que busque uma dignidade que extrapole o aspecto jurídico formal, e, para tanto, demandam-se instrumentos capazes de emancipar a consciência do oprimido, pois o conteúdo básico dos direitos humanos não é o direito a ter direitos (círculo fechado que não cumpre com seus objetivos desde que se “declarou” há quase sete décadas), mas o conjunto de lutas pela



dignidade, cujos resultados devem ser garantidos por normas jurídicas, por políticas públicas e por uma economia aberta às exigências da dignidade (FLORES, 2009). Nesse sentido, o direito à literatura, que foi primeiramente apresentado como discurso pelo incomparável professor Antonio Candido, abre uma janela por meio da qual se pode entrever um caminho real de rompimento paradigmático.

Nesse brilhante esforço, Antonio Candido codifica um instrumento efetivo para reivindicação e construção da dignidade humana do oprimido. Para tanto, ele assume a definição de bens compressíveis e incompressíveis idealizada pelo padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret (GODOY, 2020), segundo o qual, são compressíveis bens como cosméticos, enfeites, roupas supérfluas e afins. Por outro lado, são incompressíveis os bens materiais e imateriais imprescindíveis ao exercício de uma vida digna, e, neste grupo, o crítico literário localiza o direito à literatura, cuja efetividade depende tanto da possibilidade real de consumo das pessoas, como de uma produção literária pautada em uma responsável liberdade de expressão, pois quando um determinado grupo de pessoas, ou um movimento social alternativo que encaminha sua ação em uma direção diferente da imposta pela ordem hegemônica, alcança essa posição de força que lhe permite falar em sua própria linguagem, aproxima-se de algo muito importante para uma teoria crítica dos direitos humanos: o empoderamento do cidadão (FLORES, 2009).

Esse discurso se tornou um texto clássico da Literatura Brasileira, no qual Antonio Cândido, de cara, expõe a contradição entre o nível de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza e os problemas materiais enfrentados pelos homens, incluída neste grupo a fome; ressaltando que com o imenso progresso industrial aumentou-se o conforto até alcançar níveis nunca sonhados, mas excluíram-se dele as grandes massas que foram condenadas à miséria, destacando que em países como o Brasil, quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição de bens (CANDIDO, 2011). Nessa linha, Paulo Freire (2013) explica que para o opressor, ter mais, na exclusividade, não é um privilégio desumanizante e inautêntico dos demais e de si mesmo, mas um direito intocável, o qual entende ser um direito conquistado com esforço e coragem de correr riscos, e, assim, se os outros – esses invejosos – não têm acesso às mesmas possibilidades, isso resulta de incapacidade e preguiça.

Consequentemente, faz-se necessário apontar que as estratégias de dominação cumprem três funções que precisam ser denunciadas constantemente: (1) a perpetuação



dessas mesmas estratégias, de sorte a rechaçar a possibilidade de alternativas; (2) a geração de obrigações morais com relação à estrutura hegemônica de posições e disposições; e (3) a construção de sistemas de garantias jurídicas, políticas e econômicas de reprodução/dominação, que se apresentam como cláusulas pétreas que não aceitam qualquer tipo de mudança. Na contrapartida, Antonio Candido (2011) esclarece que pensar em direitos humanos tem um pressuposto imprescindível: reconhecer que aquilo que se considera indispensável para si próprio também é indispensável para o próximo, e, então, afirma que se demanda um grande esforço de educação e autoeducação a fim de um reconhecimento sincero de tal postulado.

A partir desse momento, o renomado professor reflete sobre a ausência de alteridade no olhar para o outro, tendo em vista que existe a consciência de que o outro tem direito a certos bens fundamentais relacionados à integridade física como a água, isso não se discute. No entanto, não há a mentalidade de que esse outro tenha direito a ler Dostoiévski ou ouvir quartetos de Beethoven, por exemplo. Nesse contexto, Paulo Freire (2013) assevera que o opressor tem limites bem traçados de quantidade e qualidade da arte à qual o oprimido tem acesso, uma vez que esse consumo pode prejudicar a perpetuação das relações de poder, caso resulte em maior emancipação intelectual daquele que se quer manter em opressão por tempo indefinido.

Ressalta-se, nesse cenário, que a literatura aparece como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, uma vez que não há povo e não há homem que possa viver sem ela, pois representa a chance de entrar em contato com alguma espécie de fabulação (CANDIDO, 2011), sem a qual não há possibilidade de qualquer análise mais crítica e sistemática sobre a narrativa dominante na qual o oprimido esteja inserido, impossibilitando a codificação de processos que permitam relacionar uma estrutura narrativa ao seu ambiente de produção e recepção (MOTTA, 2013). Evidenciando essa situação, Antônio Candido assevera que assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, simetricamente não há equilíbrio social sem a literatura.

Admite-se então que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo, visto que os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática,



emergindo, assim, a possibilidade de se viver dialeticamente os problemas (CANDIDO, 2011), em detrimento da educação bancária, por intermédio da qual o educador opressor faz comunicados e depósitos que os educandos recebem pacientemente, memorizam e repetem, sem qualquer filtro crítico (FREIRE, 2013). Por outro lado, a literatura tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções, e sim pela força indiscriminada e poderosa da própria realidade, e isso é possível porque quando o poeta ou o narrador elabora uma estrutura, propõe-se um modelo de coerência gerado pela força da palavra organizada. Sobre esse ponto, Antonio Candido explica brilhantemente:

Se fosse possível abstrair o sentido e pensar nas palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre a nossa mente. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo. (CANDIDO, 2011, p. 179)

Entende-se, portanto, a possibilidade de emancipação intelectual trazida pela literatura, pois o importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, é que os seres humanos se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo esse pensar a partir de sua própria visão de mundo, manifestada implícita ou explicitamente nas suas sugestões e nas de seus companheiros, uma vez que esta visão de educação, cujo programa tem que ser pensamento dialogicamente pelo povo, inscreve-se como uma introdução à libertação do oprimido, de cuja elaboração ele deve participar, haja vista que a maior violação que existe contra os direitos humanos consiste em impedir que uma cultura, um grupo ou determinados indivíduos dentro de seus grupos e/ou culturas possam reivindicar sua ideia de dignidade, seja por meio de uma norma ou pela não criação das condições para seu respeito e colocação em prática (FLORES, 2009).

Primordialmente, Antonio Candido (2011) verificou que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, uma vez que dá forma aos sentimentos e auxilia a estruturação da visão de mundo, servindo, portanto, para humanizar o oprimido. No entanto, trata-se simultaneamente da literatura como instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, e a mutilação espiritual, e conclui-se que, tanto em um nível quanto no outro, ela tem muito a ver com a



luta pelos direitos humanos. E esse poder da literatura se manifesta lindamente quando Belonísia aprende a ler:

“Quando Bibiana já morava novamente entre nós passei a ler tudo o que visse em suas mãos ou nas de Severo. Passei a sentir fome de leitura, levava livro até para a sombra do descanso na roça. Essas histórias que encontrava nos livros e ouvia da boca do povo vão se desenrolando em minha cabeça como um novelo de malha de apanhar peixe. Quando sento quieta para costurar uma roupa velha ou levanto a enxada para devolvê-la de novo ao chão, abrindo covas, arrancando as raízes das plantas, é que esse fio, que tem sido meu pensamento, vai se fazendo trama.” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 170)

O modo como Belonísia usa sua vivência cotidiana (desde uma costura de roupa velha, até o momento em que ela trabalha no campo com a enxada) para explicar o seu modo de reflexão sobre os textos que passou a ler, reforça como essa personagem se apoia em sua própria independência do sistema opressor, na sua caminhada de emancipação intelectual. No entanto, mesmo tendo sua jornada baseada nesse aspecto contra-hegemônico, ela entende o valor da leitura no seu autodescobrimento, e, sozinha, ela coroa a importância da literatura no seu processo de libertação ao refletir:

“Nessas horas eu, que tomei raiva de homem, que nunca mais quis deitar ou casar com homem, talvez deitasse de novo só para ter filhos, para ter com quem sentar para desfiar essas histórias que não me abandonam. Talvez lhes desse uma pilha de cadernos velhos, manchados de umidade da chuva, ou roídos de traças para que lessem e pudessem entender do que somos feitos.” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 170-171)

Nos livros Belonísia encontra um novo mundo e um novo prazer, mas, para além disso, diante do caráter mental aguçado e rápido que marca sua trajetória, vê-se que ela encontra um novo instrumento, que ela rapidamente identifica como suficiente para examinar do que o ser humano é feito, e é nessa reflexão que o ser oprimido ganha arcabouço teórico para uma luta que vai além de sua própria individualidade, uma luta contra uma carga valorativa opressora, contra um sistema, uma luta que deixa de ser individual e se torna coletiva. É no fim desse caminho que se vislumbra uma dignidade humana incondicionada.

Considerações Finais

Em *Torto Arado* (VIEIRA JUNIOR, 2019), vê-se um exercício teórico muito substancial de libertação de opressões reais, pois essa é uma obra a partir da qual se pode



realmente refletir de forma crítica e ampliar a empatia por um Brasil que permanece escondido, ou seja, tem-se aí múltiplas possibilidades de construção de dignidade humana: (1) o contato do próprio oprimido com o texto; (2) o contato de pessoas que gozam de privilégios e podem, a partir da leitura, questionar esse lugar; (3) o texto como um documento material que denuncia uma realidade sofrida por pessoas que existem em um Brasil sobre o qual ninguém fala. A ficção serve, nesses casos, para representar uma dor que o dado científico – de órgãos que apontam números de miséria, violência, fome etc. – não pode exprimir.

Nessa toada, a personagem Bibiana, na sua caminhada por emancipação, entendeu o caráter estático e perpétuo dos sistemas dominantes. Ela percebeu que naquele contexto da fazenda, sem um rompimento, nada se modificaria, e ela encontra no seu primo Severo alguém que também já havia entendido a dinâmica estanque e cíclica de opressão. Segundo ela, ele "tinha planos de estudar mais e não queria ser empregado para sempre da Fazenda Água Negra" (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 72), pois o primo, que seria seu futuro marido, havia entendido que eles tinham um conhecimento que fazia a terra produzir, que os proprietários da fazenda não tinham, todavia, no final o lucro era destes.

A fala é o ponto chave da libertação de Bibiana, pois em suas conversas com Severo, os dois passam a refletir sobre a ausência de direitos que pudessem garantir o mínimo para sobreviver em terras sobre as quais eles haviam derramado muito suor, fruto de trabalho árduo que não tinha qualquer retorno. E nesse embalo, Bibiana afirma categoricamente que aquele sistema de exploração já estava inteligível aos seus olhos (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 83), e, a partir de então, ela ganha um novo impulso para tomar atitudes reais de libertação. E essa libertação dói, ela realmente "é um parto" (FREIRE, 2013, p. 42). No caso de Bibiana, o maior conflito se deu porque a família era sua razão de ficar e, simultaneamente, sua razão de partir. Afastar-se daquelas pessoas tão amadas era difícil, mas vê-las humilhadas e violentadas constantemente era pior, e, assim, unindo esse amor profundo ao arcabouço teórico contra-hegemônico que ela vinha angariando, Bibiana se liberta.

Numa jornada muito diversa, Belonísia - cuja língua fora decepada na infância - tem o seu processo de autodescobrimento na natureza. De forma orgânica e espontânea, ela começa a construir, sozinha, um juízo de valor sobre as formas de conhecimento a ela apresentadas. Não se interessou em "ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos



que não diziam muita coisa." (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 97). Para ela, o que fazia sentido era o que ela aprendia com seu pai na natureza: sobre as nuvens, sobre a terra, sobre as plantas, sobre a lua. O que fazia seu coração bater era aquele conhecimento prático que facilitava sua vida naquele ambiente. Assim, aliando essa valorização das epistemologias do sul (SANTOS; MENESES, 2009) à sua coragem sem limites, Belonísia atravessa a linha imaterial traçada pelo pensamento abissal, pois ao admitir que o seu modo de ver o mundo é sim suficiente, ela se livra da ânsia (muito comum entre os oprimidos) de ser o opressor e reproduzir as estruturas de opressão.

Além disso, Belonísia tem o ápice de sua emancipação intelectual coroado por uma paixão nova em sua vida: a leitura. E é nesse momento que ela alcança o pressuposto imprescindível sobre o qual fala Antonio Candido (2011), que é o reconhecimento de que os seres humanos têm um denominador comum essencial que é justamente a condição humana, e, a partir de então, abre-se a possibilidade de refletir que existe um conjunto de bens materiais e imateriais necessários a uma vida dignidade, o qual deve ser, incondicionalmente, direito de todas as pessoas.

Assim sendo, uma visão complexa dos direitos aposta em uma racionalidade de resistência (FLORES, 2009), a qual não nega que se possa chegar a uma síntese universal das diferentes opções ante os direitos e também não descarta a virtualidade das lutas pelo reconhecimento das diferenças étnicas ou de gênero, por exemplo. O que não se aceita é considerar o universal como um ponto de partida ou um campo de chegada ou de confluência sem um processo de luta discursivo, de diálogo ou de confrontação em que se rompam os preconceitos e as linhas paralelas, pois não há pior caminho para os direitos humanos que os reduzir a direitos já conseguidos e já fundamentados. E, para evitar esse destino, Antonio Candido apresenta o direito à literatura como instrumento realmente capaz de transformar o sistema hegemônico vigente: libertando a consciência do oprimido, refutando historicamente a narrativa dominante que serve de pano de fundo legitimador da opressão e, principalmente, devolvendo a cada leitor a possibilidade de sonhar, porquanto é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre (BRANT; NACIMENTO, 1999).



Referências

BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. **Maria Maria**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1999.

Disponível em <

https://open.spotify.com/album/4mywaTqTdSJUikLyiVqjjX?si=Qm8LNIMZROa_wdtgrSZqQA
>. Acesso em 04 jul. 2022.

CANDIDO, Antonio. **VÁRIOS ESCRITOS**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

FLORES, Joaquin Herrera. **A (re)invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: BOITEUX. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2013. Edição digital.

GODOY, Arnaldo. **A discussão sobre o direito à literatura em Antonio Candido**. ConJur, 2020.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jan-26/embargos-culturaisdiscussao-direito-literatura-antonio-candido>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: ALMEDINA, 2009.

VIEIRA JUNUIR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

